



EDUCAÇÃO POPULAR E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PROJOVEM CAMPO NA BAIXADA CUIABANA - MT

Cleomara Nunes do Amaral*
cleomara.cefapro@gmail.com

Gabriela Coelho de Souza**
gabrielacoelhodesouza2011@gmail.com

RESUMO

Nas últimas décadas, as zonas rurais do estado têm sofrido grandes transformações, a urbanização e o avanço da agricultura moderna sobre áreas historicamente ocupadas por populações tradicionais, tem levado à perda ou abandono da agrobiodiversidade criada e mantida por agricultores locais durante várias gerações. A partir da importância do Território da Baixa Cuiabana na formação histórica e cultural da população matogrossense, o estudo busca analisar de que forma o programa Projovem Campo Saberes da Terra contribui para o fortalecimento da agricultura familiar na região da Baixada Cuiabana. O estudo foi realizado com base em pesquisas bibliográficas, entrevistas com responsável técnico pela implantação do programa em Mato Grosso e professores e coordenadores do projeto em municípios da Baixada Cuiabana: Jangada, Poconé e Várzea Grande - MT. A pesquisa aborda a agricultura familiar enquanto categoria social e o programa de escolarização oferecido aos agricultores será analisado a partir da perspectiva teórico-metodológica da Educação popular. A educação do campo promove o fortalecimento da agricultura familiar, incentivando a qualificação e a oportunidade de escolha dos jovens em permanecer no campo; além disso, fomenta a produção na agricultura familiar, que é o grande fornecedor de alimentos do mercado. É uma forma de ampliar o acesso à educação e trabalho e garantir a reciprocidade entre produção e consumo nas relações campo e cidade.

Palavras-chave: Educação do campo. Agricultura familiar. Qualificação.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar em Mato Grosso vive hoje um momento bastante delicado, sem a perspectiva de alternativas de emprego e renda no campo, as mulheres acabam muitas vezes sozinhas nas propriedades, enquanto maridos e filhos vão para as cidades em busca de oportunidades de sustento da família. Nas últimas décadas, as zonas rurais do estado têm sofrido grandes transformações, a urbanização e o avanço da agricultura moderna sobre áreas historicamente ocupadas por populações tradicionais, tem levado à perda ou abandono da

* Professor Doutor em Engenharia de Materiais, Curso de Licenciatura em Física da UFRRJ, Campus Seropédica.

** Mestrando na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus de Seropédica.

agrobiodiversidade criada e mantida por agricultores locais durante várias gerações (AMOROZO, 2010).

Em razão da situação delicada em que vive a agricultura familiar, e reconhecendo a importância da mesma para a economia do país, o Governo Federal lança em 2008 um conjunto de políticas integradas que visa garantir o atendimento às necessidades básicas da população, especialmente do meio rural. Trata-se do programa Território da Cidadania, que busca a ampliação de processos locais de geração de renda, através da execução de um conjunto de políticas interministeriais com ações de fortalecimento da agricultura familiar. (BRASIL, 2008).

Uma proposta integrada para promoção do desenvolvimento rural, no âmbito do programa Territórios da Cidadania é o Programa Projovem Saberes da Terra, lançado em 2007 tem o objetivo de atender jovens agricultores familiares com idade entre 18 a 29 anos, com ensino fundamental incompleto (BRASIL/MEC, 2009). O objetivo do programa é trazer para a sala de aula as necessidades dos jovens agricultores familiares, partindo de um currículo integrado que promova o diálogo entre as áreas de conhecimento e saberes populares, permitindo uma nova organização da agricultura familiar (BRASIL/MEC, 2009).

Mato Grosso se apresenta entre os primeiros estados do país a aderir e implementar o programa do Governo Federal. Neste trabalho serão estudados três municípios do Território da Baixada Cuiabana que executam o projeto. A Baixada Cuiabana é formada por 14 municípios e abrange uma extensão de 85.369,70 Km² (SIT-MDA, 2006). Apesar de grande parte dos municípios da Baixada Cuiabana ter sido criada a partir de 1950, a colonização da região data de muito antes, por volta de 1700 com a fundação da capital Cuiabá. Assim, todos os municípios do território seriam derivados do processo de ocupação de Cuiabá, e isto faz com que a população da Baixada Cuiabana esteja na raiz cultural da população do estado de Mato Grosso (SIT/MDA, 2006).

Todas as típicas manifestações culturais mato-grossenses podem ser observadas na região da Baixada Cuiabana, a culinária, o modo próprio de falar, a relação entre população e ambiente, sendo a raiz histórico-cultural comum o grande fator de coesão interna do próprio território. É importante destacar que a exploração do ouro e a produção agropecuária, executadas pelo trabalho escravo, fizeram com que os municípios da região possuam atualmente grande parte da população formada por descendentes indígenas e africanos.

Assim, a partir da importância histórico-cultural do território mencionado, o estudo busca analisar de que forma o programa Projovem Campo: Saberes da Terra contribui para o fortalecimento da agricultura familiar da Baixada Cuiabana. O estudo foi realizado com base em pesquisas bibliográficas, entrevistas com responsável técnico pela implantação do programa em Mato Grosso, professores e coordenadores do projeto nos municípios da Baixada Cuiabana: Várzea Grande, Poconé e Jangada. A pesquisa aborda a agricultura familiar enquanto categoria social e o programa de escolarização oferecido aos agricultores será analisado a partir da perspectiva teórico-metodológica da Educação popular.

2 A AGRICULTURA FAMILIAR EM MATO GROSSO

De acordo com Amorozo (2008) na agricultura familiar, espaços reduzidos como os quintais, terreiros, roças, canteiros mantido por agricultores tradicionais cumprem, entre outras funções, o papel de viveiro de mudas de culturas agrícolas, durante a entressafra. Coelho-de-Souza (2010) aponta que a agrobiodiversidade mantida nestas áreas, é a grande responsável pela segurança alimentar das populações locais, sendo fruto da integração de saberes entre diferentes populações que formam o povo brasileiro. Com frequência estas populações manejam espécies, como a mandioca, milho, banana, batata-doce, que constituem a base para alimentação de suas famílias, e são importantes para a promoção da segurança alimentar local.

Assim, a população do estudo trata-se, portanto da categoria denominada agricultores familiares. De acordo com Ramos (2007) não existe uma categoria única e universal de agricultores, tampouco de agricultores familiares, uma diversidade de aspectos socioeconômicos e culturais estão envolvidas nesta questão. Apesar de na prática ser antigo, o conceito de agricultura familiar é relativamente recente no Brasil, surgindo por volta da década de 1990 (DENARDI, 2001). Antes disso, falava-se em pequena produção, pequeno agricultor e, ainda se utilizava o termo camponês. Para Abramovay (1992) o camponês distingue-se do agricultor familiar através do processo de mercantilização da vida, o agricultor possui uma dependência do mercado para executar sua reprodução social, diferente do antigo sistema camponês.

De acordo Wanderley (2003) é preciso considerar os diferentes contextos históricos e culturais em que estas categorias se inserem, sendo difícil atribuir um valor histórico e conceitual à categoria agricultor familiar que se difundiu no Brasil, especialmente na década de 1990 durante

a implantação do PRONAF. É necessário considerar toda a dinamicidade destes sujeitos, agricultores familiares, que são construtores e parceiros de um novo projeto de sociedade, que traz referência à continuidade, mas também à ruptura com uma antiga e estática concepção de camponês. Um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção, de consumo e de reprodução social (DENARDI, 2001).

De acordo com dados do Ministério da Agricultura entre 60 a 70% dos produtos que compõem a mesa do brasileiro vem da agricultura familiar (NETO, 2008). Dados da Empresa Mato-grossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural – EMPAER-MT apontam que a principal atividade econômica desenvolvida pela agricultura familiar é a produção de leite, 30% dos agricultores a realizam, responsáveis por cerca de 90% da produção de leite do estado. As outras atividades realizadas em menor escala são: a produção de mandioca, muito comum na região da Baixada Cuiabana, mas ainda considerada de baixa produtividade, abacaxi, banana, cana-de-açúcar, coco, milho, a olericultura e borracha (PERSONA, 2010).

Em Mato Grosso existe uma situação peculiar, apesar da grande produtividade agrícola o estado importa quase todos os alimentos presentes no prato dos seus habitantes. Há ainda muita falta de informação sobre o quanto da produção local de bens alimentícios abastece o mercado interno e o destino da elevada produção de suas lavouras (NETO, 2008). A agricultura familiar no estado de Mato Grosso vive um momento bastante delicado, sem a perspectiva de alternativas de emprego e renda no campo, as mulheres acabam muitas vezes sozinhas nas propriedades, enquanto maridos e filhos vão para as cidades em busca de oportunidades de sustento da família.

Nas últimas décadas, as zonas rurais do estado têm sofrido grandes transformações, a urbanização e o avanço da agricultura moderna sobre áreas historicamente ocupadas por populações tradicionais, tem levado à perda ou abandono da agrobiodiversidade criada e mantida por agricultores locais durante várias gerações (AMOROZO, 2008). No entanto, apesar do avanço agrícola, especialmente da monocultura sobre as áreas de mata original, a agricultura de subsistência ainda resiste e configura-se como importante fonte de renda para muitas famílias rurais.

Atualmente, algumas ações voltadas ao desenvolvimento rural têm incentivado a agricultura familiar, reconhecendo a sua importância na conservação da biodiversidade, agrobiodiversidade e Segurança Alimentar e Nutricional. Frente ao cenário exposto, especialmente relacionado aos pequenos agricultores, é cada vez mais necessário o

desenvolvimento de técnicas sustentáveis de manejo da terra e dos recursos naturais que possibilitem alternativas para aumento da renda e qualidade de vida da população rural. Um dos grandes desafios da atualidade é descobrir formas de integrar o saber tradicional com os avanços tecnológico-científicos, de forma a promover o desenvolvimento sócio-econômico local e ao mesmo tempo respeitar os conhecimentos da região.

2.1 PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL DE FORTALECIMENTO AGRICULTURA FAMILIAR -TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Em razão da situação delicada em que vive a agricultura familiar, e reconhecendo a importância da mesma para a economia do país, o Governo Federal lançou em 2008 um conjunto de políticas integradas de treze Ministérios, que visa garantir o atendimento às necessidades básicas da população, especialmente do meio rural, buscando a ampliação de processos locais de geração de renda, a partir do enfoque da sustentabilidade e permitindo ações de fortalecimento da agricultura familiar.

O programa denominado Território da Cidadania prevê que seja desenvolvido nestes territórios um conjunto de ações interministeriais e políticas para fomentar a integração de políticas públicas buscando contribuir para elevar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), evitar o êxodo rural e superar as desigualdades regionais. Ao todo são 120 Territórios da Cidadania, onde 33% dos municípios brasileiros são contemplados, beneficiando famílias da agricultura familiar, assentados, quilombolas, indígenas, pescadores e comunidades tradicionais (BRASIL, 2011).

De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário em cada Unidade Federativa do Brasil foi instituído pelo menos um território (BRASIL, 2008). Mato Grosso possui atualmente quatro territórios definidos. O Território da Cidadania Baixada Cuiabana, objeto da pesquisa, abrange uma área de 85.369,70 Km², compreendendo 14 municípios: Acorizal, Barão de Melgaço, Campo Verde, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande.

A população total do território é de 976.064 habitantes, 7,90% vivem na área rural, possui 10.260 agricultores familiares, 11.154 famílias assentadas, 49 comunidades quilombolas e 4

terras indígenas (SDT/MDA, 2006). Atualmente, alguns dos projetos realizados pelo Governo Federal que se inserem na concepção do programa Territórios da Cidadania, e são contemplados no Estado são: Programa Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, Programa Luz para Todos, e o ProJovem Campo- Saberes da Terra, este último merece especial atenção neste estudo.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Além da reconhecida função produtiva, com importante papel na manutenção da economia doméstica e reprodução socioeconômica do grupo, a agricultura familiar promove a segurança alimentar e nutricional das famílias, a conservação da agrobiodiversidade e manutenção do tecido social local. Não bastasse isso, os espaços manejados pelos agricultores podem ser considerados como espaços educativos privilegiados, onde a reprodução do saber ocorre cotidianamente, nas mais diferentes situações. De acordo Guarim Neto (2006) as experiências vivenciadas durante as caminhadas nas roças, quintais, na preparação de artefatos e dos cultivos, são momentos ricos na reprodução do conhecimento, pautado na forte oralidade que permeia essas ações. E, segundo o autor estes momentos devem ser aproveitados em uma proposta educativa diferenciada.

Assim, ao se pensar na função ambiental, alimentar e social do campo e sua relação com o trabalho, mais especificamente o papel que a agricultura exerce sobre tais dimensões, não há como separar educação, política e trabalho. Segundo Costa (2010) historicamente a educação destinada ao meio rural foi imposta às comunidades como forma de suprir as necessidades do modo de produção capitalista, e não como forma de desenvolver na clientela rural o espírito crítico, criativo e inovador.

Na década de 1920, como forma de conter o movimento migratório campo-cidade, surgiu a primeira estratégia de educação na realidade brasileira, o *Ruralismo Pedagógico*. Segundo Calazans (1993) neste modelo havia no discurso um saudosismo ao antigo rural, e a intenção era de fixar o homem no campo, para tanto havia a necessidade de adaptar novos programas e currículos ao meio físico e a cultura rural.

No período do Estado Novo (1945-1964) a educação rural foi palco de algumas iniciativas, tais como: a criação da CBAR (Comissão Brasileira-Americana de Educação das

Populações Rurais) onde a extensão rural tinha como objetivo a tecnificação, especificidade e aumento da produtividade. A partir da década de 1960, com as ideias da Revolução Verde, o ensino agrícola passa a ser definitivamente vinculado ao desenvolvimento econômico (AYUKAWA, 2005).

A partir de 1969 a 4ª Conferencia Nacional de Educação passa a apoiar a implantação do Sistema Escola-Fazenda, inclusive com apoio internacional. Na Reforma de 1971 foram criadas habilitações/ fragmentações dos cursos profissionais para o atendimento da demanda do processo produtivo. Dentro de uma filosofia tecnicista, que formava técnicos em menos tempo, maior mão de obra para a agricultura e dentro do padrão de desenvolvimento capitalista (AYUKAWA, 2005).

Neste momento, nota-se avanços na busca por melhor conscientização política na educação oferecida aos trabalhadores, ganha força a Educação Popular tendo como grande nome o educador Paulo Freire (NASCIMENTO, 2007). Também merece destaque os Movimentos Sociais, como os Centros Populares de Cultura (CPC) e o Movimento de Educação de Base (MEB) que tinham ligação profunda com as Ligas Camponesas, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e outras organizações de grande importância para o surgimento de grupos de alfabetização de jovens e adultos e educação popular.

A década de 1980 foi marcada pelo descontentamento com o modelo econômico vigente e com a situação política do país. Houve o aumento da participação de movimentos e sociais, especialmente organizações como a Comissão Pastoral da Terra e Movimento dos Sem Terra. As reivindicações não se restringiam à reforma agrária, mas, também aos direitos sociais de trabalhadores do campo como saúde, educação e crédito (NASCIMENTO, 2007).

Até meados da década de 1990 não havia políticas concretas para educação do campo. E foi a partir de então, que se começou uma reflexão mais profunda acerca da problemática da escola rural, do campo e no campo. Em 1996 foi criada a nova LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LEI nº 9.394/96) que contempla a Educação do Campo e estabelece uma base comum a todas as regiões do país, e determina a adequação da educação e do calendário escolar às peculiaridades da vida rural de cada região. A partir de então, alguns programas foram criados, de acordo com a concepção dos mesmos, buscando uma maior participação das organizações, movimentos sociais e da comunidade, assim como a valorização dos saberes e práticas camponesas e sua integração ao currículo escolar.

Em 1998 foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA - através da Portaria N°. 10/98 visando a alfabetização e a escolarização de jovens e adultos, na formação de educadores para as escolas de assentamentos/acampamentos e formação técnico-profissional de nível médio e superior. Outro exemplo é o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo, uma iniciativa do Ministério da Educação, que visa a implementação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo, voltados para a formação de professores dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra, objeto de estudo nesta pesquisa, foi criado em 2007, consiste em um programa de escolarização de jovens agricultores(as) familiares (de 18 a 29 anos), em nível fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), integrado à qualificação social e profissional (BRASIL/MEC, 2009).

De acordo com o projeto base, se propõe conectar a sala de aula às necessidades dos jovens agricultores/as familiares, partindo de um currículo integrado que promova o diálogo entre as áreas de conhecimento científico e saberes populares. O trabalho é realizado a partir dos moldes da Pedagogia da Alternância, apresentando o tempo escolar e o tempo comunidade como espaços formativos privilegiados de articulação entre o estudo, pesquisa e proposta de intervenção social, na perspectiva de uma nova organização da agricultura familiar (BRASIL/MEC, 2009).

A Pedagogia da Alternância surgiu a partir das Escolas Famílias Agrícolas e as Casas Familiares Rurais que, juntas, formaram os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA's). Instituições inspiradas em modelos franceses criadas no Brasil em 1969 no Espírito Santo, associando aprendizado técnico com o conhecimento do cotidiano (BRASIL/MEC, 2009). E, atribui grande importância à articulação entre momentos de atividade no meio social do jovem e momentos escolares, valorizando o conhecimento local, considerando a experiência prática dos educandos (TEIXEIRA et al. 2008).

Assim, foi construído o programa Projovem Campo, com uma base fundamentada na perspectiva da Educação Popular, aliado à Pedagogia da Alternância, modelo reivindicado pelos movimentos sociais e vários autores (ALVES, 1994; NASCIMENTO, 2007; TEIXEIRA et al. 2008). A idéia foi construir um projeto de educação sintonizado com as particularidades culturais, os direitos sociais e as necessidades dos camponeses (BRASIL/MEC, 2009).

Marques e Marques (2006) analisando as concepções freirianas apontam que no processo educativo é preciso considerar a realidade social do educando, pois nenhum fato ou fenômeno se justifica em si mesmo, isolado do contexto social onde se desenvolve. Para Freire (1996) é necessário equiparar, em termos de relevância social, os conhecimentos científicos e os saberes camponeses. Esses conhecimentos devem ser integrados em políticas voltadas ao desenvolvimento rural e educação do campo, resultando em uma transformação social para os agricultores familiares brasileiros (SOUZA, 2009).

Além disso, o Programa oferece ao jovem, através de sua qualificação, maiores condições para permanecer no meio rural. Pois, muitas vezes por falta de oportunidades no campo migram para cidade, e mesmo assim continuam sem a oportunidade almejada (BRASIL/MEC, 2009). Com isso, estes jovens muitas vezes acabam por perder seu vínculo com a família e a comunidade a qual pertence (CARNEIRO, 2003).

2.3 ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA/CURRICULAR DO PROJÓVEM

A caracterização e apresentação do programa Projóvem Campo - Saberes da Terra foi feita com base em documento cedido pelo coordenador técnico do programa da Secretaria do Estado de Educação de Mato Grosso. Nesta perspectiva a organização curricular está fundamentada no eixo curricular articulador *Agricultura Familiar e Sustentabilidade* que dialoga com os eixos temáticos: *Agricultura Familiar: identidade, cultura, gênero e etnia; Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial; Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo; Economia Solidária e Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas.*

Para o desenvolvimento da qualificação profissional inicial foi construído um arco ocupacional que congrega um conjunto de atividades diversas que são realizadas pelos agricultores familiares. Os Arcos ocupacionais são um conjunto de ocupações relacionadas, ou seja, que possuem base técnica comum, neste caso a agroecologia. Estes arcos devem abranger as esferas da produção e da circulação (produção rural, agroindústria, comércio, prestação de serviços). O Arco Produção Rural Familiar deverá contemplar de modo transversal estudos em meio ambiente, gestão e administração, sendo composto por 5 ocupações com base na Resolução Nº 4/1999 do CNE, sendo elas: 1) Sistemas de cultivo; 2) Sistemas de criação; 3) Extrativismo;

4) Agroindústria e 5) Aqüicultura. Durante o processo de escolarização cada instituição ao elaborar o projeto educativo deve promover, junto com os educandos, educadores, organizações sociais, estratégias para a escolha do arco e atividades que apresentam possibilidades na região ou aquelas que potencialmente poderão ser desenvolvidas.

2.4 ORGANIZAÇÃO TEMPO-ESPAÇO DE APRENDIZAGEM

A metodologia da Pedagogia da Alternância é considerada matriz pedagógica de organização dos tempos e espaços para a realização do processo de ensino e aprendizagem. A alternância é uma metodologia desenvolvida pela conjugação de períodos alternados de formação na escola e na família e pelo uso de instrumentos pedagógicos específicos. No ProJovem Campo a alternância acontece por meio de dois tempos-espaços específicos: Tempo Escola e Tempo Comunidade.

No tempo escola o aluno está em contato com o saber sistematizado, planejando e recebendo orientações dos educadores/as. Neste período, são desenvolvidas aprendizagens sobre os saberes técnico-científicos correspondentes aos eixos temáticos, planejamento e execução de projetos experimentais que são desenvolvidos nas propriedades. Durante o tempo comunidade, realizam planos de pesquisas, diálogos, entre outras atividades pedagógicas, onde o estudante é motivado a partilhar seus conhecimentos e experiências na família, na comunidade que vive. A carga horária total de formação é de 2.400 horas dividida da seguinte forma: 1.800 horas para o Tempo Escola; 600 horas para o Tempo Comunidade.

2.5 E NAS ESCOLAS PESQUISADAS

Como mencionado os municípios de Jangada, Poconé e Várzea Grande compõem o Território da Baixada Cuiabana por possuírem características econômicas e ambientais comuns, regiões com identidade e coesão social, cultural e geográfica. No entanto, algumas particularidades merecem ser destacadas.

Em Jangada a vegetação é típica do cerrado e a economia local é baseada na criação de gado. A maior parte da população encontra-se no meio rural, sendo composta por agricultores familiares tradicionais, tem como principal fonte de renda a atividade agrícola e pecuária,

praticadas para a subsistência. O município de Poconé é tipicamente pantaneiro, com extensão que inclui várias áreas de importância ecológica, assim como áreas associadas a corredores ecológicos que interligam as regiões de Cerrado com os domínios do Pantanal e Chaco. A base econômica do município também é a pecuária, praticada tradicionalmente na região pantaneira, aproveitando as pastagens nativas.

Várzea Grande se diferencia um pouco mais dos mencionados, está localizada na região metropolitana de Cuiabá, possui uma população com mais de 250.000 mil habitantes, predominantemente urbana. Ao contrário das outras duas cidades o IDH do município é elevado, acima de 0,8 (PNUD, 2008). A vegetação do cerrado domina a região, já se observando uma tendência de transição com o Pantanal. A economia do município é predominantemente comercial e industrial, com pouca inserção da agricultura (FERREIRA, 2001). O que torna a inserção de Várzea Grande na pesquisa é sua grande influência sobre a economia dos demais municípios da Baixada Cuiabana. Várzea Grande, assim como Cuiabá é um grande mercado consumidor de produtos oriundos da agricultura familiar dos municípios próximos e destino de muitas pessoas da zona rural que procuram as cidades em busca de emprego e qualificação.

Com intuito de buscar informações sobre o Programa Projovem Campo e o local onde ele acontece foi realizada uma pesquisa de campo, de janeiro a julho de 2011, e contou com o levantamento de dados sobre o programa, os alunos e a região. Foram contadas e realizadas entrevistas com perguntas abertas e fechadas para responsáveis (diretor, coordenador e professores) das turmas dos municípios de Várzea Grande, Jangada e Poconé. .

Nas turmas do Projovem de Jangada e Poconé, as aulas ocorriam no fim de semana: durante 8 horas por dia no sábado e domingo ou na sexta-feira e sábado. No município de Várzea Grande as aulas possuíam uma dinâmica diferenciada, as aulas eram concentradas durante uma semana inteira, e os alunos eram alojados no local. As aulas ocorriam no Centro de Formação do MST “Olga Benário”, e os alunos, assentados do MST residiam não apenas do município de Várzea Grande, mas de vários municípios de Mato Grosso. Em Poconé, a escola pólo do programa estava localizada na área urbana, as aulas aconteciam na sede de uma cooperativa de agricultores familiares e os alunos oriundos de diferentes comunidades rurais do município iam até a escola com um transporte público fornecido pelo município. Em Jangada as aulas aconteciam em uma escola rural do município, os alunos também são oriundos de diferentes

comunidades da região, a locomoção também ocorre através de transporte público e particular, até porque o horário do transporte é delimitado e demorado.

Com base nas entrevistas realizadas percebe-se que a grade curricular é cumprida integralmente pelas escolas sem maiores alterações ou adaptações no currículo, por parte dos professores ou da equipe gestora. O diferencial entre os municípios estudados é que cada um possui como particularidade o escolha de um arco ocupacional, desenvolvendo um projeto no final do curso, relacionado às principais atividades econômicas ou potenciais da região, no caso de Poconé o projeto realizado pelos alunos estava relacionado ao Extrativismo: uso e aproveitamento dos frutos nativos da região. Nos outros municípios ainda não havia definição sobre o projeto até o momento da pesquisa. Mas, os temas mais abordados e pesquisados pelos alunos faziam referencia aos sistemas de cultivo e de criação da região.

.As turmas foram formadas inicialmente com um número mínimo de 25 alunos e contavam até o momento da pesquisa com uma média de 16 alunos. A desistência, segundo professores e coordenadores entrevistados, ocorreu especialmente pela dificuldade dos agricultores em conciliar o tempo entre o trabalho e as aulas. O fator distância também influencia, muitos agricultores moram a quilômetros do local do estudo, em comunidades rurais distantes da escola, de difícil acesso e o transporte na zona rural é ainda precário. Este fator interfere e dificulta o processo de ensino-aprendizado não só para o aluno, como também para o professor, que muitas vezes mora em cidades vizinhas, precisa se deslocar para a escola da zona rural e ainda acompanhar os alunos em suas comunidades.

3 CONCLUSÃO

Neste momento, é importante mais uma vez ressaltar o caráter político da educação. Pois, como afirma Gadotti (1979) se a educação brasileira sempre ignorou a política, a política nunca ignorou a educação. A educação sempre foi política e esteve a serviço de classes. É necessário reconhecer a importância política, ambiental, econômica e social, do meio rural e da agricultura familiar. Em razão disso, é importante conhecer a importância e influência de um programa de escolarização na vida dos agricultores familiares.

Na sua diversidade cultural e produtiva, a agricultura familiar possui uma importância fundamental no processo de desenvolvimento do país em suas várias dimensões. Com destaque

para dimensão socioeconômica, pois a condição de agricultor representa estratégia de reprodução do grupo familiar, garantindo a manutenção e sobrevivência das famílias no meio rural, através da qualificação e permanência do jovem no campo.

A educação do campo promove o fortalecimento da agricultura familiar, incentivando a qualificação e a oportunidade de escolha dos jovens em permanecer no campo; além disso fomenta a produção na agricultura familiar, que é o grande fornecedor de alimentos do mercado. É uma forma de ampliar o acesso à educação e trabalho e garantir a reciprocidade entre produção e consumo nas relações campo e cidade.

Apesar dos avanços, há muito ainda o que se melhorar: na infraestrutura das escolas, e nas condições de acesso dos agricultores e professores à escola. Além disso, poderia também se investir financeiramente nos projetos realizados pelos alunos durante o curso, já que os mesmos são trabalhadores rurais, dependem do campo para sobreviver e são orientados em investir seu tempo na pesquisa e execução de projetos que tenham potencial econômico. Garantir uma educação de qualidade, não mais elitizante e a serviço das necessidades dos trabalhadores rurais, é garantir todas as funções que a agricultura desempenha na vida do agricultor, de sua família, e da sociedade.

POPULAR EDUCATION AND FAMILY FARMING: AN ANALYSIS ABOUT THE IMPLEMENTATION OF THE RURAL PROJOVEM IN BAIXADA CUIABANA - MT

ABSTRACT

In recent decades, rural areas of the state have incurred as large changes, urbanization and the spread of modern agriculture on areas historically occupied by traditional populations has led to the loss or abandonment of agrobiodiversity created and maintained by local farmers for several generations. Due the importance of the Cuiabana Baixada Territory to the historical formation and cultural population of Mato Grosso, the study seeks to examine how the program Rural Projovem Knowledge of the Earth contributes to the strengthening of family farming in Baixada Cuiabana. The study was based on literature searches, interviews with technical responsible for implementing the program in Mato Grosso and teachers and project coordinators in Baixada Cuiabana municipalities: Jangada, Poconé e Várzea Grande - MT. The research approaches the family farming as a social category and education program offered to farmers will be analyzed from the theoretical and methodological perspective of popular education. The rural education promotes the strengthening of family agriculture, encouraging the qualification of choice and opportunity for young people to stay on the field, in addition, promotes the production on family farming, which is the major supplier of food market. It is a way to expand access to education and employment and ensure reciprocity between production and consumption relations field and city.



Keywords: Rural Education. Family farming. Qualification.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ALVES, R. C. P. **Análise de uma Escola Família Agrícola como proposta pedagógica para o meio rural**. 102 p. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG. 1994.
- AMOROZO, M. C. M. Diversidade agrícola em um cenário rural em transformação: será que vai ficar alguém para cuidar da roça? In: MING et al (Org.). **Agrobiodiversidade no Brasil: experiências e caminhos da pesquisa**. Recife: Nupeea, 2010.
- _____. Os quintais – funções, importância e futuro. In: GUARIM NETO; CARNIELLO (Org.). **Quintais Mato-grossenses: espaços de conservação e reprodução de saberes**. Cáceres-MT: Ed. UNEMAT, 2008.
- AYUKAWA, M. L. **Limites e Possibilidades do Ensino de Agroecologia: um Estudo de Caso sobre o Currículo do Curso Técnico Agrícola da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul/SC**. 165p. (Dissertação de Mestrado) Programa Graduação em Desenvolvimento Rural. Rio Grande do Sul: UFRGS. 2005.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Territórios da Cidadania**. Brasília, 2008. Disponível em: < www.territoriosdacidadania.gov.br > Acesso em: 15 nov. de 2011.
- _____. Ministério da educação. **Projeto base - Projovem Campo**. Saberes da Terra. Brasília. 2009.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios da cidadania**. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community> Acesso em: 15 nov. de 2011.
- CARNEIRO, M. J. Agricultura, meio ambiente e turismo: desafios para uma agricultura multifunciona. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- CALAZANS, M. J. C. Para compreender a educação do estado no meio rural (traços de uma trajetória). In: THERRIEN, J; DAMASCENO, M. N. (Coord.) **Educação e escola do campo**. Campinas: Papirus, 1993.
- COSTA, A. C. M. **Educação do Campo: história e perspectivas contra hegemônicas em uma sociedade capitalista**. 2010. Disponível em: <<http://www.encontroobservatorio.unb.br/arquivos/artigos/253.pdf>>



COELHO-DE-SOUZA, G. Modernização da agricultura e o agravamento da insegurança alimentar no Brasil: o papel das populações locais e sua agrobiodiversidade. In: SILVA, V. A.; ALMEIDA, A. L. S.; ALBUQUERQUE, U. P. (Org.). **Etnobiologia e Etnoecologia: pessoas e natureza na América Latina**. p. 65-86, Recife: Nuppea, 2010.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 2, n. 3, 2001.

NETO, A. B. **Maioria dos produtos à mesa no Brasil vêm da agricultura familiar**. 2008. Disponível em: <http://noticiadosmunicipios.com.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=455&Itemid=57> . Acesso em: 14 nov. de 2011.

FERREIRA, J. C. V. **Mato Grosso e seus municípios**. Secretaria de Estado da Educação. Cuiabá: Buriti, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: EGA, 1996.

GADOTTI, M. Prefácio. In: FREIRE, P. **Educação e mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

GUARIM NETO, G. O Saber Tradicional Pantaneiro: As Plantas Medicinais e a Educação Ambiental. **Revista eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. v. 17. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MARQUES, L. P.; MARQUES, C. A. Dialogando com Paulo Freire e Vygotsky sobre Educação. In: **Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa Em Educação (ANPED)**, 29. Caxambu-MG, 2006.

NASCIMENTO, C. G. Políticas "Públicas" e Educação do Campo: em busca da cidadania possível. **Revista Travessias**. p. 178 – 193. Maringá-PR, 2007.

PERSONA, R. **Cadeias Produtivas**. Cuiabá: SEDRAF, 2010. Disponível em: <http://www.seder.mt.gov.br/html/ind_modelo.php?CX=noticia_miolo&codigoNoticia=2653&f_assunto=0&f_data=0>. Acesso em 12 nov. de 2011

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano**. New York: IPAD, 2008.

RAMOS, M.O. **“A comida da roça” ontem e hoje: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares dos agricultores de Maquiné (RS)**. 175f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

SIT/MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território Baixada Cuiabana - MT**. Cuiabá, 2006.

SOUZA, M. M. A educação popular no campo: entre o saber camponês e o conhecimento científico. **Revista Educação Popular**. Uberlândia, v. 8, p. 64-75, 2009.

TAQUEDA, C. S. **A etnoecologia dos jardins-quintal e seu papel no sistema agrícola de populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós Graduação em Ciências da Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2009.



TEIXEIRA, E. S. et al. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, v. 34, n. 2, São Paulo, p. 227-242, 2008.

WADERLEY, M. N. Prefácio. In: MALUF, R. S.; CARNEIRO, M. J. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

Recebido em 25 de janeiro de 2013. Aprovado em 30 de abril de 2013.